

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.251 - SC (2018/0299452-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : E C (PRESO)
ADVOGADOS : WILSON PEREIRA JUNIOR - SC015947
JOSÉ EDILSON DA CUNHA FONTENELLE NETO - SC045658
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS.
REITERAÇÃO DE PEDIDOS FORMULADOS NO HC N.º
478.035/SC. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por E. C. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no HC n.º 4026528-33.2018.8.24.0000.

Consta dos autos que o Ministério Público denunciou o Recorrente como incurso no art. 90 da Lei n.º 8.666/93, por nove vezes, e no art. 288, *caput*, do Código Penal.

O Ministério Público estadual requereu, por ocasião do oferecimento da denúncia, a decretação da prisão preventiva do Recorrente ou, de modo alternativo, a imposição de medida cautelar diversa da custódia, consubstanciada na suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.

O Juízo processante, em 28/04/2017, indeferiu o pedido de decretação da segregação provisória, deferindo, porém, "*o pedido de aplicação em relação ao referido acusado, da medida cautelar prevista no artigo 319, inciso VI, do CPP, impondo-lhe: a proibição, a partir da presente data, de participar, por qualquer forma, de procedimentos licitatórios e de celebrar novos contratos com qualquer ente público municipal ou estadual, excetuando-se aqueles que eventualmente já tenham sido firmados até o deferimento da presente medida*". Na ocasião, o Magistrado advertiu o Réu de que o descumprimento da referida cautelar poderia ensejar a imposição de medidas cautelares mais gravosas, inclusive a decretação de sua prisão preventiva.

Irresignada, a empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda. formulou pedido

de reconsideração da decisão que impôs ao ora Recorrente medida cautelar, tendo sido indeferida a pretensão em 16/05/2017 (fl. 18).

Posteriormente, requereu o *Parquet* a decretação da prisão preventiva do Acusado, aduzindo o descumprimento da medida alternativa imposta. O Juízo de primeiro grau, em 16/03/2018, assim decidiu, *in verbis*:

"[...]

Ante o exposto, indefiro, ao menos por ora, o pedido de prisão preventiva do acusado E. C.; e, defiro o pedido de aplicação também à empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda, identificada nos autos, da medida cautelar prevista no artigo 319, inciso VI, do CPP, impondo-lhe: a proibição, a partir da presente data, de participar de procedimentos licitatórios e de celebrar novos contratos com qualquer ente público municipal ou estadual, excetuando-se aqueles que eventualmente já tenham sido firmados até o deferimento da presente medida."

Ao argumento de que "o acusado E. C. , ignorando, como já fez em outras oportunidades, a medida cautelar diversa da prisão que fora imposta a ele e à empresa Múltiplos Serviços e Obras Ltda na sobredita Ação Penal", o Ministério Público novamente pugnou pela decretação da custódia preventiva do Recorrente. O Magistrado *a quo*, em 13/09/2018, acolheu o pedido formulado pela Acusação e decretou a prisão preventiva do Réu, com fundamento nos arts. 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fls. 229-230):

"HABEAS CORPUS. CRIMES PREVISTOS NO ART. 90 DA LEI N. 8.666/1993 E NO ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DO CÁRCERE IMPOSTA AO PACIENTE E À EMPRESA POR ELE ADMINISTRADA (ART. 319, INC. VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA.

ALEGADA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO PACIENTE PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA DECISÃO QUE ESTENDEU A RESPECTIVA MEDIDA CAUTELAR EM DESFAVOR DA PESSOA JURÍDICA. INSUBSISTÊNCIA. O PACIENTE FOI INTIMADO DO DECISUM ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES CONSTITUÍDOS À ÉPOCA, OS QUAIS ERAM OS MESMOS QUE REPRESENTAVAM A EMPRESA. INTIMAÇÃO QUE CULMINOU NA IMPETRAÇÃO DE DUAS MEDIDAS JUDICIAIS ACERCA DO MESMO ATO SUPOSTAMENTE COATOR. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DIREITO DE AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

TESE DE VIOLAÇÃO AO ART. 282, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO ACOLHIMENTO. MEDIDA CARCERÁRIA DECRETADA NO CURSO DA AÇÃO PENAL. MAGISTRADO QUE PODE DECRETAR DE OFÍCIO, SE FOR O CASO (ART. 311 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL).

ALEGADA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA ACERCA DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS APONTADOS NO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. INSUBSISTÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR VERIFICADO MEDIANTE INVESTIGAÇÃO POLICIAL IN LOCO E PROVAS DOCUMENTAIS COLHIDAS. EMPRESA QUE CONTINUA SENDO ADMINISTRADA PELO PACIENTE E A PRESTAR SERVIÇOS LICITADOS E CONTRATADOS POR ENTES PÚBLICOS, TODAVIA ATRAVÉS DE OUTRAS EMPRESAS. PESSOAS JURÍDICAS QUE, APARENTEMENTE, COMPARTILHAM FUNCIONÁRIOS E MAQUINÁRIOS PARA EXECUÇÃO ESPECIALMENTE DE OBRAS PÚBLICAS. EMPRESA VENCEDORA DOS DIVERSOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS QUE NÃO POSSUI QUALQUER INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS JUNTADO PELA DEFESA QUE NÃO SE MOSTRA APTO A AFASTAR TODA A PROVA DOCUMENTAL PRODUZIDA NOS AUTOS DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DISPOSIÇÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE/OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA PESSOA JURÍDICA LOCADORA NA OPERAÇÃO DAS MÁQUINAS. CONFUSÃO ENTRE AS EMPRESAS CONSTATADA.

TESE DE QUE A PRISÃO PREVENTIVA NÃO PREENCHE OS REQUISITOS LEGAIS. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 312, PARÁGRAFO ÚNICO, E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

ALEGADA SUPRESSÃO DE PROVAS TESTEMUNHAIS PELO PARQUET E AUSÊNCIA DE ACESSO DA DEFESA AOS ELEMENTOS COLHIDOS EM BUSCA E APREENSÃO. INVIABILIDADE. DECISUM QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADO NOS DADOS CONCRETOS APURADOS NOTADAMENTE PELA INVESTIGAÇÃO DO GAECO. REMÉDIO CONSTITUCIONAL QUE VISA TÃO SOMENTE A AFERIÇÃO DE LEGALIDADE DO ATO TIDO COMO COATOR. TESES NÃO CONHECIDAS.

MEDIDAS CAUTELARES DISPOSTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE NOVA APRECIÇÃO NO PRESENTE CASO. PACIENTE QUE DESCUMPRIU POR DUAS VEZES A MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO ANTERIORMENTE IMPOSTA. EVIDENCIADO O

DESCASO DIANTE DE DECISÕES JUDICIAIS E A INEFICÁCIA DE APLICAÇÃO DE QUALQUER OUTRA MEDIDA. MEDIDA PRISIONAL ADEQUADA E NECESSÁRIA.

HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA."

Nas razões recursais, a Defesa alega que "o juízo (autoridade coatora), em data de 13.09.2018, sem ouvir a defesa e tampouco sem justificar a urgência ou risco ao resultado da medida – violando, portanto, os arts. 282, § 3.º, do CPP e 93, IX, da CRFB/88 –, defere a medida" (fl. 261).

Afirma que "jamais houve proibição de que a empresa locasse equipamentos a empresas que prestassem serviço a entes públicos, de que E. C. comparecesse à sede da empresa, ou de que este a administrasse, sobretudo após a impossibilidade de esta participar a licitações" (fl. 266).

Aduz que "a empresa FIGUEIREDO E SILVA possuía relação locatícia com a empresa MÚLTIPLOS, não havendo que se falar em 'empresa laranja', e tampouco em descumprimento de cautelar" (fl. 282).

Sustenta, ainda, o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, desse modo, seja revogada a prisão preventiva do Recorrente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 311-322, opinando pelo não provimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao sistema de informações processuais do Superior Tribunal de Justiça, constata-se que a matéria deduzida neste recurso já foi examinada por esta Corte, nos autos do HC n.º 478.035/SC, em decisão de minha lavra, na qual julguei prejudicado o writ, em virtude da superveniente ausência de interesse processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea a, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

